



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 08-06-22

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido não transcrito
- Falha na transmissão

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da sua décima quarta audiência pública semipresencial do ano de 2022.

Esta audiência tem o objetivo de atender o Requerimento nº 12/2022, de minha autoria, aprovada na reunião ordinária da Comissão no dia 01/06/2022, cujo objetivo é debater a concessão dos 22 cemitérios e crematórios da cidade de São Paulo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo por meio do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/TRANSPARENCIA/AUDITORIOSONLINE](http://www.saopaulo.sp.leg.br/TRANSPARENCIA/AUDITORIOSONLINE) e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no Youtube e no Facebook.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 03/06/2022, e as inscrições para pronunciamento estão previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 02/06/2022, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual).

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Fernando Alencar Medeiros, Superintendente do Serviço Funerário do Município de São Paulo; Ricardo Ezequiel Torres, Diretor Presidente da SP Regula, representado neste ato pelo Sr. João Manoel da Costa Neto, Diretor da SP Regula; João Gabriel Guimarães Buonavita, Presidente do Sindsep – Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo, representado neste ato pelo Sr. João Batista Gomes, Secretário de Entidades do Sindsep; João Antônio da Silva, Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que nos enviou ofício nos informando da impossibilidade de comparecimento; Vereador Gilberto Nascimento, membro da desta Comissão, e Vereadores Dr. Sidney Cruz e Isac Felix. Cumprimento todos os presentes e agradeço-lhes a participação.

Informo que as inscrições para participação do público nesta audiência já estão abertas a quem interessar.

Neste momento, vou ler a justificativa enviada pelo Presidente do Tribunal de Contas

do Município de São Paulo.

- É lido o seguinte: (*Justificativa de não comparecimento de autoria do Presidente do TCM-SP*).

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra, para uma apresentação inicial, o Sr. João Manoel da Costa Neto, Diretor da SP Regula.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Bom dia.

Primeiramente cumprimento o Presidente Jair Tatto e o parabenizo pela iniciativa. Cumprimento também os demais Srs. Vereadores presentes, as demais pessoas que participam desta audiência e o pessoal que nos acompanha pelas redes da Câmara Municipal de São Paulo.

Inicialmente, gostaria de esclarecer que a SP Regula, uma agência reguladora do Município de São Paulo, foi criada pela Lei nº 17.433/2020, tendo suas atividades iniciadas em abril de 2021. Porém, é uma agência recém-criada e recém-estruturada que tem como finalidade, de acordo com o artigo 2º da sua lei, fazer a regulação e a fiscalização dos objetos de concessão do Município de São Paulo desde que lhe forem atribuídas por decreto do Executivo Municipal.

Nesse caso do Serviço Funerário, trata-se de um edital de concessão pública que foi lançado à praça e foi suspenso na sequência pelo Tribunal de Contas, e o nosso papel até aqui tem sido acompanhar o andamento desse edital, a modelagem de Projeto de Desestatização da Secretaria de Governo Municipal em conjunto com a SP Parcerias, tendo como poder concedente a Secretaria Municipal de Subprefeituras.

A SP Regula, por enquanto, acompanha o andamento dessa concessão para que, no futuro, sendo atribuídas a fiscalização e a regulação conforme rege a Lei nº 17.433/2020, possa assumir e cumprir o seu papel de fiscalização e regulação da concessão assim que estiver efetivada. Por enquanto, como se trata ainda de um procedimento de edital de concessão, o nosso papel tem sido de observação dos desdobramentos, estando atualizados desses espaços no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, aguardando, nos próximos dias ou semanas,

que isso seja pautado, conforme informação que nos foi passada, ao Plenário do Tribunal de Contas para discussão.

Tão logo seja retomado o andamento do edital, no futuro, que seja uma boa escolha, uma boa oportunidade para o Município de São Paulo, não só pelos desdobramentos do edital – e que haja boas propostas de concessão e que o Município tenha um bom retorno –, mas sobretudo que seja um modelo que, por estar dando certo em outros objetos, que venha a dar certo também no Serviço Funerário de São Paulo, no intuito de ser administrado pelas concessionárias e que essas prestem um melhor serviço aos munícipes de São Paulo.

No futuro, este será o papel da SP Regula: uma fiscalização bastante efetiva e uma regulação exercida com bastante rigor, com o intuito de acompanharmos o cumprimento do contrato pela concessionária, na expectativa de que o munícipe de São Paulo tenha um serviço mais bem prestado.

Inicialmente, era essa a apresentação do papel que cabe, até aqui, à SP Regula.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, João Manoel.

Tem a palavra o Sr. Fernando Alencar Medeiros, Superintendente do Serviço Funerário do Município de São Paulo.

**O SR. FERNANDO ALENCAR MEDEIROS** – Bom dia. É uma honra participar desta audiência. Em nome de V.Exa., Presidente Jair Tatto, cumprimento todos os participantes, o pessoal do sindicato e a população presente.

Nós assumimos um trabalho há poucos dias e estamos tomando conhecimento dessa situação; inclusive já fizemos diversos contatos com as autoridades respectivas. A nossa missão é manter o trabalho que se faz atualmente no Serviço Funerário e cuidar bastante dos nossos funcionários, que vivem um momento extremamente complexo, difícil de pós-pandemia, após terem trabalhado muito e terem oferecido uma boa prestação de serviço à sociedade. A nossa preocupação, portanto, é tomar conhecimento de todas as etapas do Serviço Funerário, continuar, manter e melhorar a prestação de serviços e cuidar dos nossos funcionários em

relação às missões que eles já cumprem.

Esta é a nossa incumbência neste momento e a nossa principal preocupação: fazer com que o serviço continue sendo prestado até todo o trâmite da concessão.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Fernando.

Tem a palavra o Sr. João Batista Gomes, do Sindsep.

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – Presidente Jair Tatto, Vereador Gilberto Nascimento, demais Srs. Vereadores, colegas do Serviço Funerário presentes, funcionários da Câmara Municipal de São Paulo, pessoal da TV Câmara São Paulo, bom dia. Começo me apresentando: eu sou Secretário de Entidades Sindicais do Sindsep – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo e eu estou aqui representando o nosso Presidente, que não pôde comparecer.

Eu gostaria de rapidamente apresentar os nossos porquês em relação à concessão do Serviço Funerário. Essa questão vem desde 2017, quando o então Prefeito João Doria a anunciou. Na verdade, nós consideramos uma concessão /privatização do Serviço Funerário, pois entrega todos os serviços cemiteriais, incluindo o crematório e o transporte para empresas privadas. Daí nós caracterizarmos essa concessão como privatização, uma vez que, na prática, o papel do Serviço Funerário vai passar a ser cumprido pelas empresas. Assim como o papel da SP Regula vai ser de fiscalizar os serviços.

Desde que foi convocada a questão da concessão, o Sindsep já se posicionou contrariamente, porque a nossa posição é a de defesa dos serviços públicos, e, na verdade, a entrega – por meio de contratos, sejam de concessão, de privatização ou mesmo de parcerias, que acontecem muito na área da saúde e da educação – é um prejuízo para o serviço público. Ontem mesmo – só uns parênteses – nós soubemos de uma denúncia de uma mãe contra uma creche conveniada da Prefeitura de São Paulo: a criança foi à festinha da escola fantasiada de palhaço, porque era uma festinha sobre circo, e depois a mãe ficou estarrecida ao ver o filme e as fotos que mostravam o seu filho com uma máscara de macaco colocada pela professora. Colocaram uma máscara de macaco porque era a única criança negra. A criança já estava toda

fantasiada de palhaço, e ainda puseram uma máscara de macaco e cantaram uma musiquinha de macaco. A criança, que é muito ativa, ficou bastante constrangida com a situação.

Estou só dizendo isso porque se fosse numa creche pública, haveria uma averiguação preliminar e uma sindicância levando à punição dessas professoras. Na creche conveniada sabe o que vai acontecer? Essas professoras vão ser demitidas e não vai ter nenhum processo de como você apura e também ensina essas professoras que está errado fazer isso.

Então, só esses parênteses porque, de fato, nas creches conveniadas ou nas parcerias – como se chama – não há um controle efetivo do trabalho do serviço público.

Nosso caso, então, voltando ao serviço funerário, desde o início, a gente levantava os vários problemas que poderiam advir dessa concessão, entre elas, que achamos que é o objeto desta audiência pública, a principal delas é o encarecimento do valor dos serviços cemiteriais e de transporte do serviço funerário.

— Não é difícil averiguar isso porque, hoje, na cidade de São Paulo, mesmo que o monopólio seja do serviço funerário, as empresas privadas atuam no Município com autorização do serviço funerário. Se fizermos uma pequena comparação entre o serviço funerário e os serviços privados, veremos que serviço funerário prática preços acessíveis à população de São Paulo, o que não vai acontecer caso seja feita a concessão.

A concessão estabelece quatro tipos de caixões que as empresas vão ter de fornecer, mas ela pode fornecer além desses quatro caixões e aí o céu é o limite dos valores. Também a questão dos próprios serviços de transporte, o serviço de cremação. Na cidade de São Paulo só existe o crematório da Vila Alpina que hoje conta com seis fornos – quatro fornos novíssimos que acabaram de ser adquiridos pelo serviço funerário e foi ampliada a área do crematório.

A denúncia que a gente sempre faz é de que o crematório está sendo subutilizado porque achamos que está havendo muita transferência de corpos da cidade de São Paulo para cidades vizinhas, especialmente Barueri, Guarulhos, Santo André, São Bernardo, onde tem fornos e o preço é muito mais caro.

Também o que vai acontecer com serviços que hoje não são cobrados no serviço funerário e que vão passar a ser cobrados, por exemplo, as áreas públicas no cemitério e dos velórios não há cobrança de estacionamento, por exemplo. Na previsão de que está estabelecida no contrato essas empresas poderão fazer a cobrança de estacionamento. É evidente que vão fazer porque é uma forma também de ganhar dinheiro em cima do velório, do enterro do seu ente querido, das pessoas conhecidas.

Acho que eu cometi um erro. Não sei se os Vereadores estão todos cientes do processo de concessão, privatização. Na verdade, a Cidade será dividida em quatro polos. Serão quatro empresas que poderão assumir esses serviços. Serão separados por cemitério, por região os quatro polos que eles estabelecem.

Hoje, só um polo terá o crematório da Vila Alpina, evidentemente. Cada um deles terá de construir um crematório, o que já deveria estar sendo feito pelo serviço funerário, pelo menos um crematório em cada região da Cidade. Então, só esclarecendo isso porque é um processo muito amplo.

Se a gente pegar o tamanho do contrato – imprimimos no sindicato para poder ler e é um calhamaço, são 600 páginas, o contrato até que é pequeno, 120 páginas, mas aí tem os anexos onde estão as pegadinhas, famosas pegadinhas do Faustão, que ali vai ter todo o descritivo do que tem de acontecer na cidade de São Paulo.

Já falei sobre o problema do valor dos serviços cemiteriais, de transporte, de cremação, com certeza haverá aumento mesmo que há dentro do processo um tabelamento, mas há serviços que hoje não são feitos pelo serviço funerário e que poderão ser feitos pelas empresas concessionárias, por exemplo, esse do estacionamento, que eles poderão explorar à vontade, ou também o trabalho de tanatopraxia, que hoje o serviço funerário não pratica, quem pratica são empresas privadas. Essas quatro empresas que ganharem a concessão poderão explorar a tanatopraxia diretamente. Então, tudo vai estar à serviço dessas quatro empresas que ganharem o leilão.

Para ir ao encerramento, Vereador, para o nosso estranhamento já é a quinta vez

que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo adiada a licitação prevista. A última foi no dia 5 de maio e o Tribunal de Contas, infelizmente, não está presente, mas apontou 16 irregularidades no edital de licitação e a cinco vezes que foi adiada foi exatamente por problemas no edital. Agora, existem mais 16 problemas no edital que precisam ser sanados para retomar o processo de concessão/privatização.

Na verdade, no momento em que o Tribunal de Contas aponta os problemas, o serviço funerário.... o serviço funerário não, quem está fazendo é a Secretaria de Subprefeituras junto com a Casa Civil, SP Regula. Na verdade, o que eles fazem? Corrigem, levam o edital à frente, corrigem algumas partes e outras não por determinação do Tribunal de Contas. Aí, o Tribunal de Contas tem de adiar novamente e o Tribunal de Contas do Município vem tomando - vamos dizer assim – broncas. Vem dizendo que o Tribunal de Contas está atrapalhando o processo quando, na verdade, o Tribunal de Contas está apontando os erros.

Se hoje é o monopólio do serviço funerário público, o que pode acontecer e o que vai acontecer quando sair a concessão, quatro empresas vão administrar os serviços na cidade de São Paulo. Até as próprias empresas dos cemitérios particulares têm uma ação judicial que está hoje no Supremo Tribunal Federal questionando esse processo do ponto de vista deles de que, na verdade, a livre concorrência vai acabar no Município. Hoje existe, como estávamos falando, existem as funerárias particulares, existem as empresas de tanatopraxia que fazem o serviço a partir da autorização do serviço funerário. Por exemplo, no trajeto que é feito quando é feita a contratação do transporte de serviço funerário se a família quer fazer uma tanatopraxia, no contrato aparece: o carro vai levar o corpo à clínica de tanatopraxia e depois vai levar ao velório e esse valor, evidentemente, quem cobra é a empresa de tanatopraxia e nenhum valor vem ao serviço funerário e não emite nota. Esse é um problema. As clínicas de tanatopraxia hoje não emite nota. Dizem que vão enviar a nota pelo *e-mail* e você nunca recebe a nota.

Depois você pode completar também, Cláudio, pois vai ser aberto ao público. Então, essas são as questões que queríamos expor.

Por fim, a questão dos trabalhadores do serviço funerário. Hoje, somos em torno de

800 trabalhadores do serviço funerário e em torno de dois mil trabalhadores aposentados. O serviço funerário já teve, na década de 2000, tínhamos 2.200 trabalhadores da ativa. Hoje, nós estamos com 800 trabalhadores na ativa e continuando fazendo trabalho que fazíamos. Por exemplo, na pandemia o serviço funerário não parou em nenhum momento.

Houve colegas que morreram de Covid. Felizmente, no contexto da tragédia geral, a gente teve um baixo índice de mortalidade no serviço funerário, graças ao trabalho do Sindicato nas exigências do trabalho de equipamento de proteção individual, graças inclusive nessa época que o então Superintendente aceitou fazer todas as compras necessárias, porque o nosso lema era de que se não tivessem os EPIs, a gente não ia enterrar. Isso funcionou porque não faltou EPI naquele momento: macacões, máscara, álcool gel, luvas, e assim por diante.

Conseguimos afastar os nossos colegas que tinham doenças graves, o pessoal com mais de 60 anos de idade, o que acabou sendo contratado também uma empresa terceirizada para ajudar nos enterros durante a pandemia. Chegamos a fazer enterros até às 22h. Quando bateu mais de 400 mortos na cidade de São Paulo, os enterros eram feitos no período noturno até às 22h.

Hoje, esses trabalhadores estão na berlinda porque se sair a concessão/privatização, esses trabalhadores vão ser alocado para outras secretarias da qual eles não têm função. Por que hoje o que o pessoal faz? Sepulta, os motoristas fazem o trabalho administrativo. É lógico que os administrativos podem até se adaptar melhor, mas hoje o grosso do serviço funerário são sepultadores - dos 800, 300 são sepultadores. Qual a função deles em outra secretaria? Não tem função. Vão ficar completamente perdidos.

Então, na nossa opinião, Vereadores e outras autoridades presentes, queria até saudar o Superintendente Sr. Alencar que está há um mês hoje e já recebeu o sindicato para ouvir as nossas demandas, mas seria necessário, Vereador Jair Tatto, Vereador Gilberto Nascimento, seria adiar, anular de vez esse processo de concessão porque o serviço funerário já demonstrou que é possível fazer o atendimento à população. Mesmo na pior situação que foi a pandemia, o serviço funerário não parou e fez o atendimento digno à população e a gente acha

que serviço tem que ser preservado e esse serviço tem que ser público.

Então, achamos que deveria anular de vez esse processo da privatização. Evidentemente, que é uma lei aprovada nesta Casa Legislativa, mas nós achamos que deveria parar completamente, reestruturar o serviço funerário, fazer novas contratações, contratar o concurso público que foi feito em 2016 e que até hoje não foi contratado nenhum servidor administrativo.

Fazemos esse apelo aos Srs. Vereadores e às autoridades que estão presentes que parem esse processo de concessão do serviço funerário. Acreditem que serviço funerário já deu superávit para a cidade de São Paulo, inclusive, emprestava dinheiro para Secretaria de Serviços e Obras e, hoje, é ao contrário, a Secretaria de Serviços e Obras tem que emprestar dinheiro porque infelizmente hoje o serviço funerário vaza por tudo que é lado. Vaza serviço para tudo que é lado e não consegue manter o superávit. É possível ter superávit, desde que todos os serviços sejam retomados: o transporte, o enterro, a cremação, todos eles. E a gente faz com a fiscalização forte.

É só ir até qualquer agência de serviço funerário, do IML, do SVO, qualquer outra agência funerária, vão estar lá o que a gente chama de os “papa-defuntos” que são as empresas que buscam operar de forma clandestina na cidade de São Paulo e esfolar o contribuinte nessa hora que ele mais precisa.

O nosso apelo aqui é que parem imediatamente esse processo da concessão e invistam no serviço funerário porque ele tem todas as condições de ter um superávit e prestar um serviço digno à população, como a gente prestou durante toda a pandemia.

Obrigado, Vereador Jair Tatto. Obrigado, Vereador Gilberto Nascimento e todos que nos ouvem. V.Exa. é ali da zona Norte, da nossa região. Aliás, até convidamos o senhor para fazer uma visita lá onde hoje é o transporte e o estoque de caixões na Vila Guilherme. Convidamos para ver que nosso trabalho funciona desde que seja investido, desde que tenha investimento e a gente pede, então, que parem o processo de concessão/privatização do serviço funerário.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, João.

Encerrarei as inscrições ao final das minhas observações.

O que ocorre? Para entender melhor o tramite dessa concessão. Uma parte pode ser que o João respondeu.

A concessão é exclusivamente dos cemitérios ou do serviço funerário completo. Porque existe a administração central, enfim. Foi colocado pelo João que em torno de 800 trabalhadores estão na ativa.

No projeto da Guarda que está tramitando na Câmara e está muito polêmico e sendo amplamente discutido, foi incluída a criação de cargos em comissão no serviço funerário. Então, como a Câmara pode apreciar a criação de cargos no meio da concessão do serviço?

Tenho uma tabelinha e podemos disponibilizar. CDA 6, quatro cargos, valor 10.800 reais; CDA 5, seis cargos, valor de 9 mil reais; CDA 4, 12 cargos, 7.200 reais cada um; CDA 3, 40 cargos, 5.400; CDA 2, 68 cargos, 3.600; CDA 1, 133 cargos a 1.800 reais. Isso aí corresponde a 883.800 reais. Então, esse projeto está dentro do projeto da Guarda. Alguém pode me informar o número do projeto da Guarda? Eu não sei de cor.

Então, faria essas observações.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** – É o 292.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É o 292. Ok. De 2022, não é?

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** – Exatamente. Estou com o substitutivo aqui, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Quer fazer alguma observação, Gilberto?

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** – Quero, sim, fazer alguns comentários.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Por favor. Tem a palavra o nobre Vereador Gilberto Nascimento.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** – Primeiramente, quero cumprimentar o Presidente Jair Tatto que tem feito um excelente trabalho à frente da nossa Comissão trazendo

toda a experiência que tem de dívida pública e esse olhar extremamente apurado aquilo que é principal na nossa Cidade que a questão orçamentária.

Claro, quando a gente trata do tema sobre concessão de cemitérios e crematórios, sempre chama atenção, e nesta eu fiz questão de estar presencialmente, até para ouvir todos os lados. Confesso que é um tipo de serviço que ninguém quer utilizar. Mas, das três vezes que eu precisei, nos últimos quatro anos, eu tenho a tranquilidade de falar que eu fui extremamente bem atendido. Não fui enrolado por um segundo. E o Jair me conhece, e alguns aqui me conhecem, eu quando vou a algum serviço público, eu ponho tênis e camiseta para ninguém saber quem eu sou. Como eu já não sou um cara tão popular assim, de internet, nunca tive, em algum serviço público em que cheguei, as pessoas falarem: “Este é vereador”. Dificilmente as pessoas me reconhecem. Então, isso eu tenho de falar abertamente. Quando foi falado aqui, de onde fazem os caixões, eu já estive lá, na Vila Guilherme, que também é a região onde faço uma atuação mais forte.

Quero cumprimentar o Diretor da São Paulo Regula, o João Manuel. Sei que este é um importantíssimo tema para a Cidade. A população, com certeza, está preocupada e nós, como vereadores, temos essa responsabilidade dobrada, até porque o que nós ouvimos na rua é que de já pagamos tudo na vida e ainda temos de pagar depois que morremos. Esta é uma preocupação muito grande. Fica mais assustador ainda quando o Tatto vem e apresenta esses números de criação de cargos - criação de cargos em um outro PL. Claro, estão aproveitando isso. Isso é normal no dia a dia parlamentar. Nós sabemos que, às vezes, nos utilizamos de algum PL que já está caminhando para podermos também atender a uma outra área da Prefeitura, desde que seja no mesmo tema. Então, não me assusta ter isso. Assusta-me, sim, quantidade de cargos, já que a visão é que faça a concessão dos cemitérios.

Eu queria aproveitar e já deixar alguns questionamentos. Queria ter noção de números atuais do serviço funerário. Acho que foi o Fernando Alencar, Superintendente, que falou. Quando eu falo em números atuais, de orçamento, mesmo e serviço prestado. Não sei se, aí, é o Fernando ou outra pessoa.

Também um outro questionamento é que em sendo dividido em quatro empresas, claro que sabemos que lotes geralmente são alguns melhores e outros piores, como vai se fazer uma referência para esse chamamento, em termos de valor? Qual vai compensar mais? Vai ter ou não essa diferença dos valores a serem concedidos?

E me preocupa também, porque foi falado aqui, acho que cinco ou seis vezes já foi para o TCM. É isso? Já adiou por cinco vezes. E, aí, eu faço uma crítica pontual ao TCM: o TCM tem uma dificuldade em se abrir e receber as partes para poder explicar especificamente o que está acontecendo, principalmente para nós, vereadores.

Confesso que foi falado, aqui, a respeito das empresas de tanatopraxia. Quando o meu tio, que foi Vereador aqui também, Carlos Apolinário, fez. Acabou falecendo, nós fizemos a tanatopraxia. Fui apresentado a uma empresa. Eu sei, porque fui eu que tomei conta disso. Fomos apresentados para uma empresa, se não me engano, ainda no hospital, mas que demonstrava ter o conhecimento – e, aí, não é de uma maneira pejorativa ou negativa que estou falando isso –, mas demonstrava, sim, ter conhecimento com as pessoas do serviço funerário, o que é natural, pois se trata da mesma área de trabalho. Mas eu tenho de dizer que, no nosso caso, eles mandaram na nota fiscal, sim, cobrar. Nós cobramos, nós falamos e eles mandaram dois ou três dias depois. Eu acabei ligando lá, não como vereador – quero deixar bem claro –, mas como munícipe ou como alguém que contratou o serviço, e mandaram a nota fiscal, tanto é que foi lá para a Assembleia. Mas, efetivamente, o que nós precisamos e, aí, eu acho que o Jair há de concordar comigo, é de mais fiscalização e, aí, não só nesse ponto, mas em todos os serviços da Prefeitura. Para nós, é um tema que sempre fica uma sombra quando falamos de serviço funerário, sempre ficam questionamentos. Então, quanto mais fiscalização, mais transparência teremos.

Então, a princípio, eu digo que esse caso, da forma como está, eu sou contrário, mas discordo, aqui, do meu companheiro de mesa. Como nós estamos em discussão, acho que temos de continuar e não parar, buscando se há formas cada vez melhores de fazer o atendimento à população. Este é o papel da Câmara Municipal. Este é o papel do vereador. Este

é o papel da Comissão aqui presente.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – João, você responde aos questionamentos e depois vamos ouvir os munícipes.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Muito obrigado, Presidente.

Para deixar claro para os munícipes que estão acompanhando e que vão se manifestar, que do apelo do nosso colega do Sindicato, de paralisação do processo de concessão ou do cancelamento desse processo de concessão, é um tanto quanto extemporâneo e não cabido e por quê. Quando eu falo da Lei 17.433, que cria a SP Regula, a agência reguladora, esta é uma lei que reorganiza toda a administração indireta do Município.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** - ...ao contrário de outras em que é autorizada a extinção, o serviço funerário, por aquela lei, a 17.433, é determinado nos artigos 37 e seguintes, a extinção do serviço funerário. E, aí, é disciplinada a determinação da concessão dos serviços; é disciplinado, também, o encaminhamento dos quadros efetivos para a administração direta, a extinção dos cargos vacantes, bem como a redistribuição dos cargos em comissão. Eu não conheço o PL a que o senhor se referiu, de criação de cargos da Guarda. Também entendo estranho, no momento, estar determinado, pela Lei 17.433, a extinção da autarquia e a criação de cargos naquela administração. Porém vale deixar claro, para o sindicato e para o pessoal que está acompanhando que eventualmente pode tentar pegar um gancho e tentar também argumentar essa questão da paralisação da concessão, que isso está determinado em lei. É uma outra lei, a 17.433, que tramitou no Executivo e que, com certeza, deve ter tido inúmeras discussões, porque esta Casa de Leis tem o hábito de discutir bastante, de aprimorar as leis, e com isso está determinada a extinção. Nós temos, inclusive, prazo a ser seguido que, eventualmente, com o atraso da concepção – seja por questionamentos do Tribunal de Contas ou suspensão de alguma outra ordem que venha a acontecer -, isso até pode ser respeitado. Mas será cumprido o prazo, considerando-se essas suspensões, e feita a extinção

do serviço funerário, conforme manda a lei. E os colegas, servidores de carreira, serão respeitados, de acordo com a lei, e realocados; os cargos em comissões, redistribuídos, e extinta a autarquia. Isso está acontecendo, inclusive, Vereador, com a Amlurb, que é uma outra autarquia e que também consta da mesma lei, e que já no final do seu prazo de extinção. Os colegas servidores, lá, foram respeitados e já estão realocados. Os cargos em comissão, que, inclusive, eram também objeto de discussão do TCM e do Ministério Público, foram extintos, e nós estamos lá com uma equipe mínima, finalizando a pessoa jurídica da autarquia e cumprindo o que manda a lei, que é um plano de reestruturação e que traz, sim, grandes ganhos ao Município. Essa parte, também, que é questionada, de os serviços que não são praticados, hoje, pelo Município e que a concessão tem o direito de expandir e de realizar outras atividades, isso faz parte do equilíbrio do plano de negócios que será apresentado em propostas pelos participantes. Nós nem sabemos ainda o que pretende, até porque nem sabemos quem são os interessados no assunto, mas isso é natural de qualquer outra concessão. Ao passo também que os serviços essenciais têm, sim, uma tabela de preço máximo a ser regulado e que, daí, será o papel da SP Regula. Nós fiscalizaremos os preços que serão praticados para protegermos o munícipe, para que o serviço, prestado pela concessão, seja melhor prestado – que é a expectativa de qualquer concessão -, mas que seja respeitado o preço para que os munícipes tenham acesso e possam usufruir desse serviço, que é um serviço essencial. A Prefeitura busca, com a concessão, melhorar, assim como tem ocorrido com outras concessões, e atender melhor o munícipe.

Então, com isso, não vejo nenhuma regra desrespeitada. Ao contrário.

Faço votos para que o pessoal visite a Lei 17.433, o artigo 37 e seguintes, que disciplinam a extinção do serviço funerário. E o Município de São Paulo cumprirá, não tenho dúvidas, e atenderá o cumprimento dos prazos e das regras que constam desta lei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay, João. O PL é o 292. Consta lá, sim, a criação desses cargos. É um projeto que trata da Guarda Civil.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** – É um pouco mais de 200 cargos, Jair.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É. São mais de 200 cargos.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** – São 133 do CDA-1; 60, do CDA-2; 40, do CDA-3; 12, do CDA-4; 6, do CDA-5; 4, do CDA-6.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – São 263. Então, por favor, João, confira lá.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** - Eu prometo comentar com o Fabrício a respeito deste PL.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Okay. Eu estou mais preocupado com o que o João falou. Que há uma realocação, é óbvio. Seria um absurdo a demissão, até porque não há nada que permita, a não ser um PDV. Então, nenhuma novidade, João. Seria pior ainda se dissesse: “Olha, vamos dispensá-los”.

Mas, vamos seguir. Eu tenho algumas inscrições online. Anderson Ventura de Araújo.

(Pausa) Eliana Felix de Lima. (Pausa) Dr. Sidney Cruz, já lhe darei palavra.

Aurélio Marchini Santos.

**O SR. AURÉLIO MARCHINI SANTOS** – Bom dia. Muito obrigado pela oportunidade.

Eu sou Aurélio Marchini Santos. Eu represento a Acembra e o Sincep, entidades que congregam os cemitérios e crematórios privados do Brasil. Essas entidades, é preciso que se diga, são favoráveis à desestatização dos serviços de São Paulo e acreditam ser muito meritório o objetivo de melhorar as condições e a qualidade dos serviços prestados no Município.

No entanto, o modelo pelo qual se organizou essa desestatização é claramente contraditório com esse objetivo. Muito sinteticamente, ele proíbe a criação de novos cemitérios privados que, no passado e na atualidade, indiscutivelmente complementaram a oferta de serviços públicos e foram decisivos, muito importantes para a oferta de serviços diversificados, inovadores e de qualidade em todo o Município. Então, novos cemitérios passam a ser proibidos. Quer dizer, é uma restrição, *a priori*, da possibilidade de aumento de oferta nesse setor, o que, por si só, não se justifica. Há a proibição da criação de crematórios privados, no Município, o que, dadas as limitações geográficas do Município e o seu caráter superlativo – São Paulo é

gigante em tudo -, também é um erro histórico não permitir que haja ampla oferta desses serviços no Município. E o edital agrava essas restrições, esse excesso de restrições, esse afastamento injustificado da iniciativa privada do setor, o que está hoje em discussão, no Supremo Tribunal Federal. Uma parte das restrições já foi admitida como inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e o assunto ainda vai ser julgado. Então, eu acho que é prematuro avançar com a licitação, sendo que a própria lei tem a sua constitucionalidade em discussão.

Mas voltando aos defeitos do modelo, o edital de licitação cria megabloques que vão transferir um monopólio, uma reserva de mercado para os futuros concessionários e que tendem a se “carteirizar”. Essas proteções regulatórias serão inefetivas. Tabelamento de preço, fiscalização contra práticas concorrenciais são paliativos que, no final das contas, não seriam nem necessários se o modelo fosse mais favorável à ampliação da oferta e à concorrência no setor, mesmo que por intermédio de concessões, mesmo que sob um regime de serviço público. Não só as entidades de classe do setor que pensam dessa forma. É preciso destacar aqui que o pronunciamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; DA Secretaria de Advocacia da Concorrência e da Competitividade, do Ministério da Economia, a SEAE; o Ministério Público do Estado de São Paulo, que é o autor da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra esse modelo; a Fundação Procon, de São Paulo, e o próprio TCM, que tem externado essas mesmas preocupações, com a excessiva concentração megabloques dessas concessões, com uma exclusividade, nos serviços funerários, que não se justifica, e com essa proibição de novos investimentos no setor, o que tende a limitar a oferta, o que tende a levar a um ambiente pouco competitivo que vai, em sua dinâmica, a facilitar a cartelização. Esse tabelamento funciona, como disse a SEAE, como uma referência de preços máximos que tende a que os concessionários se organizem para praticarem esses preços máximos, fora os serviços que não são abrangidos pelo tabelamento, que estariam sujeitos a abusos de preço. Como os concessionários vão ter exclusividade dos serviços funerários, eles vão ter incentivos para dirigir os usuários para os seus próprios cemitérios e é muito difícil a fiscalização disso e tudo isso sem ter uma justificativa. Para ser propositivo e objetivo, o que seria razoável, mantendo ainda...

Existe uma lei, embora a sua constitucionalidade seja questionada, mantendo a espinha dorsal da lei, o que seria possível fazer, no edital, se esses efeitos negativos se atenuassem? Uma desconcentração vertical, que concedeu o serviço funerário separadamente dos cemitérios e dos crematórios, para que não tenha conflito de interesses desde o início e que não haja o incentivo para práticas abusivas contra os usuários. A desconcentração horizontal, não há no Brasil grupos que explorem tanto os cemitérios como a Prefeitura de São Paulo quer. O padrão é que cada empresa explore um cemitério e é viável a exploração, não há justificativa econômica para essa concentração.

Novos crematórios e a permissão para serviços funerários e dependentes é um padrão no mundo inteiro e fora de São Paulo também. Nós encaminhamos essas sugestões por escrito para a Comissão, mas eu quero só destacar a fala do CADE, que em sua nota dirigida ao TCM, e o CADE também pediu adesão à ação direta de inconstitucionalidade no Supremo, porque está muito preocupado com a restrição à concorrência. Veja o que fala: para os consumidores esse tipo de estrutura de mercado que limita a competição entre as empresas, associado ao tabelamento de preços de produtos e serviços que poderiam ser ofertados de forma eficiente sob o regime de livre concorrência, poderá resultar em preços elevados e redução da quantidade, da variedade e da qualidade dos produtos e serviços ofertados.

Quer dizer, o Município está criando megablocos, transferindo por concessão para a iniciativa privada e vai deixar uma conta enorme para o munícipe pagar por 25 anos. Está errado, São Paulo merece mais do que isso.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Pela ordem, Presidente, com muito carinho eu pediria, a hora que tiver condições, um minuto. Estou na Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica e quero parabenizar todos que estão aqui, os representantes do Serviço Funerário, realmente temos de tirar o chapéu, de alguma maneira sempre colaboraram com o Município e fizeram da melhor maneira para atender as famílias.

Se há alguma coisa errada foi a própria administração, nobre Presidente Jair Tatto, que deixou correr solto. Quando vi o certame, imediatamente entrei no Tribunal de Contas e pedi

o cancelamento desse certame, para saber mais dados, o que vai acontecer ou coisa parecida. Quando falam da dificuldade, dificuldade é o que temos na São Carlos do Pinhal que um sepultamento custa 52 mil reais, para 78, para 93 mil. Agora, o restante é algo que esses abnegados que aqui estão, os funcionários, vão ser deslocados. E aí, as funções são parecidas, iguais, como são?

Bom, eu, Adilson Amadeu, Vereador desta Cidade não recebi nenhuma reivindicação de sindicato, associação, acabei de falar aqui com o querido João, é isso? E gostaria de receber, para que os senhores, rapidamente ouvi a última fala, até me desculpe, não tenho o nome do senhor que está na tela...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Aurélio.**

**O SR. ADILSON AMADEU – Sr. Aurélio,** eu, Adilson Amadeu, Vereador há 20 anos nesta Casa, não recebi nada de vocês para que falasse alguma coisa, reivindicasse alguma coisa e pudesse acompanhar. O que falo para o senhor, vou falar aqui, o Prefeito, os assessores devem estar me vendo, nobre, querido amigo, Jair Tatto, o Prefeito falou sim que vai acontecer o certame. Muito bem, vai acontecer, vão pagar lá as fianças bancárias ou coisa parecida, cada lote, parece que são quatro lotes, pelo menos falaram que são quatro lotes ou cinco, tenho a informação de que são quatro lotes.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Cinco com o crematório.**

**O SR. ADILSON AMADEU – É,** com o crematório cinco. Precisa se aprofundar um pouco mais com quem esteve à frente de cemitérios a vida toda. Essa é a minha posição, acho que a posição do Vereador Jair Tatto, a posição de todos os Vereadores desta Casa. Antes que aconteça qualquer certame na Cidade, escutar associações, funcionários, ir aos cemitérios e ver o dia a dia, mais ou menos isso.

Então, meu muito obrigado ao amigo querido, Vereador Jair Tatto, e a todos os senhores que estão nessa área, estou simplesmente à vontade para receber as reivindicações e ajudar no que for possível. Um abraço a todos. Bom dia.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aurélio,** você está representando algum órgão e

não peguei no início, só para registro.

**O SR. AURÉLIO MARCHINI SANTOS** – Claro, represento a Acembra, Associação dos Cemitérios e Crematórios do Brasil e o Sincep, Sindicato dos Cemitérios e Crematórios Particulares do Brasil. Nós fizemos as nossas sugestões por escrito, encaminhamos para o e-mail da Comissão de Finanças e Orçamento, mas vamos refazer esse encaminhamento, também para atender ao pedido do Sr. Vereador Adilson Amadeu. Faremos esse encaminhamento para que a Câmara tenha todas as informações e possa se posicionar de maneira informada sobre esse importante tema.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Aurélio. Foi muito positiva a fala do Vereador Adilson Amadeu.

Vou seguir com algumas inscrições *on-line*. Adelino Gomes Arantes Neto, pediria três minutos, até concedi um pouco a mais para os outros, mas se puder me ajudar nesse sentido, três a quatro minutos, ficaria muito satisfeito.

**O SR. ADELINO GOMES ARANTES NETO** – Menos que isso, Vereador. Cumprimento os Vereadores, participantes, sou advogado, atuo em administração de cemitério privado e gostaria de apoiar as manifestações que foram feitas a respeito da falta de adequação desse modelo de concessão para uma Cidade como São Paulo.

É um modelo que não tem paralelo no mundo, um modelo que concentra serviços de segmentos distintos, que são os serviços funerários de crematório e cemitérios, que no mundo todo têm atuação de agentes que não são os mesmos. E essa concentração se dá, a nossa impressão, é de que dá um valor muito grande de outorga antecipada que a Prefeitura receberia. E as empresas interessadas nesses lotes muito grandes, que tendem a formar um oligopólio, cobrarão isso, nos preços dos serviços futuros, dos usuários paulistanos. Isso será muito ruim, os modelos das grandes cidades do mundo não são esses. São modelos que liberalizam os serviços, por vezes, juntamente com o serviço público municipal, mas nunca em grandes lotes desse tipo verticalizados, com controle de preços e reservas de mercado desse tipo.

Eu agradeço. Essa é minha contribuição.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Adelino, e uma grata surpresa, representando os serviços funerários particulares. Uma bela contribuição

Seguindo, último inscrito de forma *on-line*, Leonardo Teixeira Pereira. (Pausa)

Peço mais um pouquinho de paciência ao nobre Vereador Sidney Cruz, que tenho certeza de quer se expressar. Acho que o Vereador Isac Feliz está ainda na sala conosco.

Claudio Oliveira Santos, presencial.

**O SR. CLAUDIO OLIVEIRA SANTOS** – Bom dia, Vereador. Sou o Claudio, do Serviço Funerário, agente de apoio/motorista, o que tenho para falar aqui do Serviço Funerário, é o seguinte, o Vereador solicitou a nota de serviço e para ele foi mandada. Só que tenho diversas reclamações de pessoas que simplesmente, essas empresas de tanatopraxia escondem, não mostram, não mandam.

Então, o nosso Superintendente está chegando agora, ao longo desses 12 anos de Prefeitura, que eu faço parte, já trocaram de Superintendente 11 vezes, que empresa sobrevive com essa troca. O Superintendente chega com boa vontade e dois meses depois trocam, então, é um pouco absurdo.

Então, percebo que os preços vão ficar mais altos. Hoje, em média, um sepultamento é em torno de mil e oitocentos reais. E se o senhor fizer uma visita no Cachoeirinha, no Quarta Parada, consultar a própria família, vai ver que não passou de quatro, cinco mil reais. Então, precisa ficar bastante atento, fui contador, sou técnico de contabilidade, sou recém-formado bacharel em direito, e percebo a voracidade dessas empresas. E o Serviço Funerário não tem controle sobre esse mega faturamento e essa megaexposição dessas empresas explorando a morte. Então, é um prejuízo para o município, um prejuízo para a Prefeitura e estamos sem saber de fato o que vai acontecer com os trabalhadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mais duas inscrições, Sheila Araújo Costa. Depois a Noemi Gomes de Oliveira da Silva.

**A SRA. SHEILA ARAÚJO COSTA** – Bom dia a todos e todas, sou a Sheila, dirigente

do Sindsep. Fiquei com a fala do João Miguel, quero até fazer uma pergunta para ele, queria saber onde o Prefeito Ricardo Nunes é responsável, porque todo serviço que foi terceirizado em algum momento no Município está com problema. Temos problema na fiscalização, temos problema no atendimento, temos visto que a saúde, por exemplo, tem tido muito problema com processo terceirizado.

E no Serviço Funerário não é diferente, também temos problema no serviço que é terceirizado. Inclusive, fizemos uma denúncia como o Claudio colocou, em um ano foram quatro superintendentes. E em um momento, em alguma reunião, fizemos a denúncia de que estava tendo problema lá no tráfego com os carros e sabem o que aconteceu? Tirou o servidor público que fazia a fiscalização e colocou terceirizado. Terceirizado fiscalizando terceirizado, então queria saber que conflito de interesse é esse, porque é o lobo cuidando dos galinheiros. E sabemos o que vai ter de resposta em relação a isso.

Então, questiono novamente, que responsabilidade tem Ricardo Nunes? Eu não vejo nenhuma, só vejo uma ausência de responsabilidade em todo o processo na Prefeitura. E aproveito para questionar também o João Miguel em relação aos concursos que estão previstos na SP Regula. Também há cargos efetivos, mas quando acontecerão esses concursos, porque não vejo outra forma de fiscalizar que não seja o servidor público fiscalizando justamente para não ter esses conflitos de interesse.

Então, temos visto cada dia mais, até faço um apelo, por exemplo, temos muito problema com a falta de carros para fiscalizar a alimentação escolar, fiscalizar a própria Vigilância Sanitária hoje no Município, com a pandemia voltando aí com tudo, não se tem carro para fiscalizar os serviços de empresas e tudo o mais. Vai dar conta de fiscalizar o montante que vai ser a concessão do Serviço Funerário?

E faço das minhas palavras as do João, não é concessão, é privatização. Essa é a verdade, se usou uma outra forma para discutir, para falar que queremos entregar de mão beijada o serviço público. Sou nutricionista e acabei de ler o quanto a fome tem aumentado no país. Então, o quanto o Poder Público se ausenta da responsabilidade quando privatiza um

serviço que está dando certo. Só não dá mais certo, e aí pego uma outra fala que me deixou estarecida, do João Miguel, que é para melhorar o atendimento. O atendimento só não é melhor porque falta investimento, falta servidor público, falta estrutura, porque deu conta na pandemia. No pior momento da pandemia quem deu conta foi o Serviço Funerário público, estatal. O pessoal trabalhou dia e noite, se não fosse o Sindicato denunciando falta de EPIs, falta de estrutura, falta de um olhar para esse servidor, por exemplo, não sei o que teria acontecido. Só não foi maior o número de óbitos porque teve todo esse cuidado.

Então, estou aqui para questionar mesmo. Melhor atendimento, investe no servidor público para ver se não damos um atendimento melhor ainda, com certeza, temos relatos das pessoas que agradecem o atendimento porque acolhemos muito bem. Só não acolhemos melhor ainda por falta de investimento. Então, estou aqui para questionar que terceirização é essa, não estamos dando conta do que já tem. Por isso, fiquei muito chocada do Tribunal de Contas não estar aqui, da Subprefeitura não participar desta audiência. Quer dizer, não está se dando a importância que tem de se dar a esse tema.

Então, fica aqui o meu apelo para questionarmos principalmente Ricardo Nunes, até tenho aqui um cartaz: Ricardo Nunes, pare de destruir os serviços públicos e Prefeito que não foi eleito e sim o Prefeito ditador.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Noemi Gomes de Oliveira da Silva, última inscrição. Depois, o Vereador Dr. Sidney Cruz tem a palavra.

**A SRA. NOEMI GOMES DE OLIVEIRA DA SILVA** – Bom dia a todos e todas, meu nome é Noemi, trabalho no Serviço Funerário do Município de São Paulo, sou agente de apoio, hoje estou lotada no setor de estoque de urnas. Prestei um concurso, desde 2000, sou representante sindical, estou aqui para falar em nome de todos os trabalhadores do Serviço Funerário, que bravamente continuam com esse problema da privatização e da terceirização do Serviço Funerário. Mas costumo dizer que a luta continua, com todo esse sucateamento de enterrar ninguém, todos foram enterrados mesmo com as nossas dificuldades. Costumo dizer

que serviço público foi criado para a população menos favorecida. Serviço público foi criado não para dar lucro, mas sim para atender toda a população que precisa.

Falo em nome dos trabalhadores de lá, mas falo também como munícipe, porque usei várias vezes esse serviço. E costumo dizer, espero que os meus colegas nunca precisem do meu serviço, mas se vocês precisarem estaremos aqui prontos para ajudar. E o que acontece? Tivemos um momento muito difícil, Covid, muitos trabalhadores morreram, alguns adoeceram e a terceirização, a privatização continuou, passou, mas nós bravamente, com todas essas dificuldades conseguimos enterrar todos. Estamos lá, sim, alguns problemas temos, mas costumo dizer, imaginem vocês se a Polícia Militar fosse privatizada e terceirizada. Imaginem vocês um telefone que sempre usamos, o 190, está sempre pronto para nos ajudar, Bombeiro, SAMU e é claro, o Serviço Funerário. Se fosse tão bom assim, imaginem esses setores se fossem privatizados ou terceirizados. Meu Deus, não quero nem pensar. Imaginem vocês também, e se a Câmara do Município de São Paulo fosse privatizada, o que seria de nós.

Se é tão bom assim, então tudo deveria ser privatizado ou terceirizado. Não é. Percebemos que terceirizou, privatizou, piorou. Ainda somos um serviço afim, estamos lá, claro, e falo em nome de todos os trabalhadores, parabenizando, que passaram pela Covid, adoeceram, estamos lá firmes. A nossa cabeça hoje é muito complicada porque, como dizem os Vereadores aqui, como dizem algumas falas, passaram, lutamos, viemos nesta Casa para que se impedisse que isso fosse feito, mas passou através de pessoas que nós elegemos. Apesar de dizer que serviço público de qualidade é muito bom, haja vista que as melhores faculdades, como a USP, Unicamp,

São privatizadas. Hospital das Clínicas é público, gente. Vai lá para a Inglaterra para ver. Tudo lá é público.

Muitos de nós – acho que todos nós –, quando passamos pela Covid, o que aconteceu? Foram todos tomar no SUS a vacina, independente de ser pobre ou rico. Todos tomaram no SUS. O SUS é nosso, é público, não é privatizado, é gratuito.

Estamos aqui para lutar, porque sabemos que hoje no Brasil estamos passando por

uma situação muito difícil. Eu falo como munícipe agora. Meu pai e minha mãe foram sepultados num cemitério público. Foi exumado...

E eu costumo dizer para os meus colegas de trabalho quanto custou para mim colocar o meu pai e a minha mãe num ossário. E, às vezes, eu comparo com o serviço particular. Eu não teria condições. Confesso. Então o serviço público foi feito para quê? Para não dar lucro.

Os trabalhadores lá estão muito preocupados. Por quê? Tivemos uma ação, onde foi nos tomada a mesa, que era um serviço um serviço público nosso com trabalhadores com mais de 20-30 anos de serviço, em plena pandemia. E graças à intervenção do sindicato, quando a mesa passou para a empresa privada, deu um *bololô* lá, e nós, humildemente, retomamos a mesa, porque nós não pensamos na privatização, na terceirização, nós pensamos na conclusão do serviço, pensamos no munícipe. E aí nós retomamos graças à experiência dos trabalhadores. Então foi retomado o trabalho e continua a mesa.

---

Então aqui estamos a falar, e estamos preocupados, sim, mas estamos trabalhando, independentemente do que acontecer, porque somos um serviço-fim. Para serviço público foi criado para a população menos favorecida. E serviço público não é para dar lucro. É por isso que estamos aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o nobre Vereador Dr. Sidney Cruz.

**O SR. DR. SIDNEY CRUZ** – Presidente, primeiramente, quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar os nobres Pares que nos acompanham virtual, os representantes das entidades, do sindicato, sociedade cidade, todos que nos acompanham pelas redes sociais, representantes da SP Regula.

Sr. Presidente, eu ouvi atentamente as manifestações. É um tema muito importante para a cidade de São Paulo. É óbvio que toda mudança demanda um debate mais aprofundado e ajustes necessários.

Eu vi que o Aurélio, que representa a Acembra e a Sincep, trouxe uma preocupação com relação a alguns contornos de ilegalidades que confrontam alguns preceitos legais. Eu tenho certeza de que esses ajustes serão realizados no curso desse (Falha na transmissão). O número

trazido pelo João, representante do sindicato, me presidente: 800 trabalhadores do setor. Porém, a garantia de que serão recolocados em outras funções me deixa um pouco mais tranquilo.

O Prefeito Ricardo Nunes vem mostrando nas suas decisões e na sua postura, com todo respeito às manifestações contrárias que eu ouvi aqui, e tenho certeza de que tomará todo o cuidado para melhor atender a população da cidade de São Paulo.

Digo isso, Sr. Presidente, porque vejo também alguns pontos positivos.

Por exemplo, o sepultamento social, com esse novo modelo, permite-nos atender mais famílias menos favorecidas na cidade de São Paulo.

Quero parabenizar pela intervenção do nobre Vereador Gilberto Nascimento, cujas palavras peço vênica para fazer minhas. E vamos aguardar, porque temos muito o que debater com relação a esse projeto, a esse modelo. Temos que aguardar também a manifestação do Tribunal de Contas do Município. Estamos esperando a liberação para realizarmos os ajustes necessários.

Muito obrigado, Presidente, e a todos que acompanham esta audiência.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereador Dr. Sidney Cruz, membro da nossa Comissão.

Não sei se o Vereador Isac Felix está na sala ainda. Não, não é, Mário? *(Pausa)*  
Márcia.

É interessante o debate, porque temos representantes dos sindicatos dos servidores públicos. Nós temos representantes dos cemitérios do serviço funerário particular. Então digamos que podemos dizer que estamos ouvindo os lados.

Eu quero também fazer um registro: eu nunca deixei de ser bem atendido pelo serviço funerário do Município de São Paulo – porque nós somos procurados para fazer gestão, às vezes, não é. Nós temos muito problema objetivamente com relação a quando está no IML, porque daí não é função do serviço funerário apressar ou não o drama das famílias. Então eu diria que é mais do que essencial, é super essencial. E o que ocorreu na pandemia com os trabalhadores e trabalhadores do Serviço Funerário do Município de São Paulo, a mídia (Falha

na transmissão) foi algo, assim... Eu diria que é irreparável o trabalho desses companheiros. Perderam-se vidas. E o que me consta é que sempre foi superavitário. É isso? Depois eu quero que vocês me confirmem. Não tenho informação de ano em que tenha havido déficit no Serviço Funerário do Município de São Paulo.

Então eu acho que deu para fazer um bom debate.

Haverá um encaminhamento, obviamente.

Existe um documento colocado pelo Aurélio, protocolado conosco. O Sincep provavelmente já mandou algumas observações.

Proponho também, Vereador Dr. Sidney, Gilberto Nascimento, que elaborem... Nós, não, mas os representantes, os fóruns legais, um encaminhamento do que foi tratado aqui hoje, para que mandemos à Secretaria das Subprefeituras, ao qual se vinculada hoje o Serviço Funerário; e também ao Tribunal de Contas.

Consta, pelo que ouvi, que já são cinco observações feitas no Tribunal de Contas.

Se o Tribunal de Contas... está havendo dificuldade em se manifestar ainda – viu, Dr. Sidney –, é porque há um problema grave com relação ao certame. Isso precisa ficar bem claro. Então isso precisa ficar bem claro aqui.

Eu não sei se o Sr. Fernando quer fazer alguma observação. Sei que ele está chegando – está há um mês aí. E também parabenizá-lo pelos trabalhos.

Nós estamos sendo muito bem atendidos pelos diretores, coordenadores dos cemitérios.

Quer fazer alguma observação, Dr. Fernando Alencar?

**O SR. FERNANDO ALENCAR MEDEIROS** – Presidente, eu só queria dizer que a gente está preocupado. Com relação à fiscalização que foi citada em alguns momentos, a gente está orientando o pessoal aqui. Nós estamos chegando, estamos há pouco tempo aqui. Estamos nos inteirando. Entendemos a importância do serviço funerário para a população. Entendemos completamente a grande necessidade de se prestar um bom serviço para as pessoas num momento extremamente delicado.

Com relação aos funcionários, eu queria só “fazer um detalhe”: esses senhores e essas senhoras foram heroicos nesses últimos dois anos. A cidade de São Paulo tem que reconhecer a missão desses senhores e dessas senhoras, que se arriscaram – tal qual a profissão de onde eu vim. Eles não pararam. Eles simplesmente continuaram a fazer um serviço brilhante e num momento extremamente delicado.

Então, Presidente, é uma honra participar dessa discussão. Nós estamos buscando conhecimento, tentando entender, respeitar os nossos funcionários, para que eles consigam fazer um bom serviço e prestar um bom serviço para a população.

Muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Pela ordem, o Vereador Dr. Sidney Cruz.

**O SR. DR. SIDNEY CRUZ** – Rapidamente, Sr. Presidente.

Eu também não posso deixar de externar a minha gratidão a todos os trabalhadores do Serviço Funerário da cidade de São Paulo.

Eu falo que todas as vezes que eu procurei, eu precisei, eu sempre fui muito bem atendido. O senhor sabe que os nossos mandatos são mandatos populares, e acabamos auxiliando muitas famílias que precisam de orientações e encaminhamentos.

Então eu quero deixar registrado os meus agradecimentos.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu vou passar a palavra ao João.

Eu vou permitir, democraticamente, que as considerações finais fiquem para o Dr. João Manoel.

Cadê o João Batista?

Eu tenho uma tolerância de uns dez minutos.

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – Oi, Vereador Jair. Desculpe. Eu estava conversando.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu diria que são considerações finais. E eu estou solicitando que haja um documento feito pelas entidades para encaminharmos para quem não

esteve presente, ok? TCM e a Secretaria de Subprefeituras. Okay?

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – Perfeito.

Não, primeiramente, eu acho que isso é de bom tom, porque é ruim que a Secretaria de Subprefeituras, que está tocando esse processo junto com a Casa Civil, não esteja presente. O Tribunal de Contas é um órgão fiscalizador. Seria muito importante eles explanarem as 16 irregularidades que existem no processo de edital.

Nós entendemos, como falou o diretor da São Paulo Regula, o diretor, Sr. João Miguel, que é uma lei. É verdade, é uma lei, mas existe a possibilidade de revogação desta lei. E é isso que nós queremos.

A Amlurb, me desculpe o João Miguel, foi extinta. E quem hoje controla os serviços? Eu acredito que a SP Regula não consegue controlar, porque não tem funcionários para isso hoje. A SP Regula funciona apenas com os cargos comissionados e alguns servidores administrativos. E também está na lei que tem que fazer o concurso público para fazer a contratação de servidores. E por que não faz, então?

Então existem leis para ser cumpridas e outras não são cumpridas? Que história é essa?

Então, para nós, parem o processo de concessão, parem o processo de privatização, invistam no Serviço Funerário, que vamos ver que temos condições viáveis, como já foi demonstrado. Em dois anos de pandemia, o Serviço Funerário, mesmo sucateado, deu conta. E é isso que gostaríamos, Vereador Jair Tatto.

Obrigado por esta audiência pública, que eu acho que abriu o debate, inclusive, com a população.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, João, pela contribuição.

**O SR. MÁRIO** – Jair, só para eu entender com o João e com o Dr. Aurélio.

Aquele documento que nos foi enviado ontem por *e-mail*, é isso que o Jair está pedindo ou não?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Não, não, além desses que estão protocolados,

nós faríamos um documento do resultado final desta audiência pública. Então eu estou pedindo para os dois órgãos – para a Acembra... Do Aurélio é Sincep, não é? Para não confundir com o Sindsep, que é muito parecido o nome. É só isso que eu solicitei, *okay*?

Foi isso, né, Aurélio e João?

**O SR. AURÉLIO MARCHINI** – Prefeito.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Então eu passo imediatamente a palavra para as considerações e respostas para o João Manoel.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – *Okay*, Vereador Jair Tatto.

Para finalizar a nossa audiência, quero agradecer à Câmara Municipal por mais uma oportunidade de debates. É uma honra a SP Regula ser convidada para debater com a sociedade civil, com os Vereadores, os assuntos que são tratados por nós.

Dizer também do nosso imenso respeito ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Foi bastante colocado aqui que se encontram no tribunal discussões sobre esse certame. E nos grandes certames é comum que haja questionamentos.

Às vezes, o pessoal coloca que “há irregularidades”. Não, não estamos tratando de irregularidades, e, sim, apontamentos do Tribunal de Contas.

Já existiram pelo menos duas mesas técnicas, e muitos desses apontamentos já estão superados.

Falou-se aqui bastante dessa questão dos quatro lotes.

Esse é um dos últimos itens que está sendo discutido com o Tribunal de Contas, e de forma bastante atenta. O Tribunal tem, sim, alertado com relação à disputa desses quatro lotes. E nós, com bastante respeito ao Tribunal de Contas, iremos discutir, e, ao final, respeitar as balizas que forem colocadas nesse sentido, para que evitemos qualquer irregularidade. Isso não é um problema.

Com relação aos quatro lotes, é importante, para enriquecer o debate, esclarecer que as concessões iniciam pela modelagem da concessão. Isso é feito pela Secretaria Executiva de

Desestatização da Secretaria de Governo, em parceria com a SP Parcerias. Inicialmente, é feita uma prospecção do que se pretende ser concedido; é feito um estudo econômico desse modelo. Na sequência, é feita também uma consulta pública a respeito da proposta de edital, para depois, então, somente, esse edital ser lançado no mercado. Então é também um processo responsável, em que há instância participativa. E agora ele se encontra num momento de certame suspenso, sim, pelo Tribunal de Contas. Isso não é problema nenhum ser dito.

Como eu disse e reitero, temos imenso respeito pelo Tribunal de Contas, que contribui muito também para que o município tenha gestão fiscal responsável. E não tenho dúvida de que nós superaremos, chegaremos a bom termo com relação a esses apontamentos que estão colocados. E iremos, sim, seguir adiante, buscando o que é melhor para o Município de São Paulo.

Com relação à SP Regula, cuja situação de concurso público foi questionada, é importante destacar que, como eu disse, nós começamos em abril de 2021, em plena vigência da Lei Complementar Federal 173, que proibia a realização de concurso público até dezembro do ano passado. Aproveitamos esse tempo, no que se refere também ao que foi dito a uma boa fiscalização, em propor a esta casa legislativa uma mudança na Lei 17.433. Inicialmente, tínhamos duas carreiras na SP Regula – analista de regulação e técnico de (Falha na transmissão). Buscando maior efetividade para uma vindoura fiscalização, propusemos, sem impacto orçamentário, a criação da terceira carreira, que é a carreira do fiscal de serviço público. Isso é importante se destacar. É um trabalho já da SP Regula, em conjunto com o Governo, em propor um projeto de lei para buscar uma melhor estruturação das carreiras de fiscalização. E, agora, do início do ano para cá, trabalhamos na regulamentação dessas carreiras, que não estava colocada em lei, e é preciso que seja feito antes do edital do concurso público. Essa minuta de decreto já está em análise da assessoria técnica legislativa do prefeito, e deve sair nos próximos dias.

Superada essa fase da regulamentação das carreiras, aí, sim, nos debruçaremos sobre o edital do concurso público. A nossa expectativa é que possamos contratar empresa e

lançá-lo até o final do ano, mais tardar, no começo do ano seguinte. E não tenho dúvida que, cumprido, como eu disse. E reitero: com responsabilidade e todas as leis que nos são colocadas, estamos trabalhando, avançaremos e também cumprimos essa questão do concurso público.

Espero ter esclarecido algumas dúvidas com relação à concessão. A questão da modelagem é importante que tenha sido colocada para melhor entendimento. Respeitaremos e atenderemos recomendações do TCM, e, quiçá, superado tudo isso, possamos seguir e concluir essa concessão, porque entendemos, sim, que é o melhor para o Município de São Paulo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT)** – Estamos no limite.

Eu agradeço ao João, ao Sr. Fernando. Agradeço ao João, do Sindsep. Agradeço ao Aurélio, que representa também o sindicato. Agradeço também à Eliana; novamente, ao Ricardo, à nossa equipe.

Seguiremos em frente na luta.

Um abraço a todos e a todas.

Até a próxima.